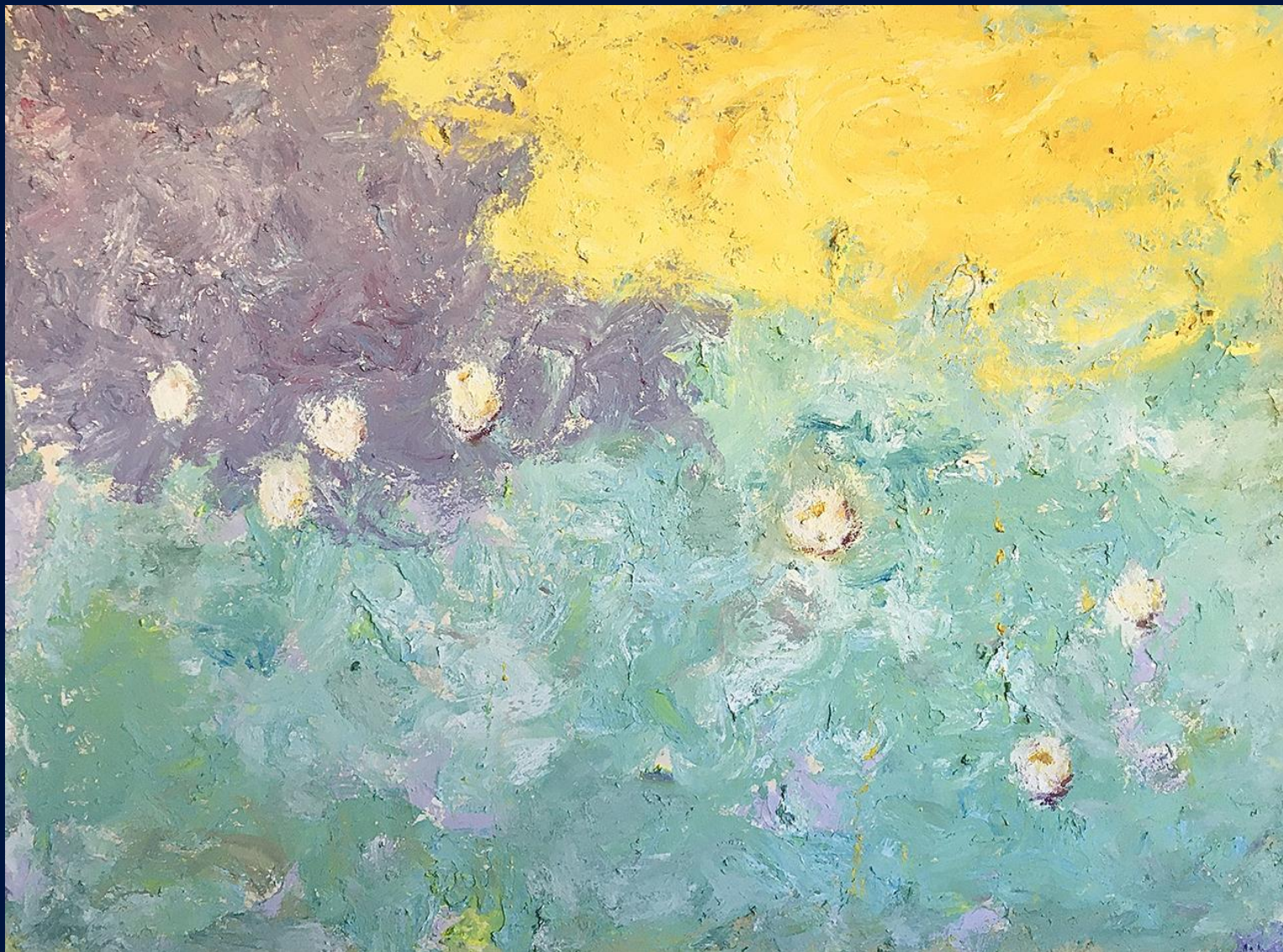




AZ@BXL

Número: 408

Data: 2026.06.12

No título: "Resiliência #10"

(Técnica: Técnica mista sobre papel)

Créditos: Urbano, nasceu na Ilha de São Miguel, Açores, em 1959. Vive e trabalha em Lisboa e nos Açores. Estudou na Slade School of Fine Art, Londres, entre 1995 e 1997. Em 1998 participou no Kaleidoscope Program: The Royal University College of Fine Arts, Estocolmo e Tavira Print Workshop. Em 1998-99 decorou a Capela do Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada, Açores. Desde 1997 é representado pela Galeria 111, e desde 2000 colabora com a Galeria Fonseca Macedo de Ponta Delgada.

Cortesia: Artista e Galeria Fonseca Macedo

Nota: Nesta edição, damos continuidade a uma nova sequência de publicações com o intuito de divulgar obras de artistas açorianos ou a residir nos Açores. Deixamos o nosso mais sincero agradecimento a todos os artistas que aceitaram participar, bem como à Galeria Fonseca Macedo, que prontamente aceitou o desafio e se disponibilizou para colaborar.

DESTAQUES



[Comissão propõe ajuda financeira no valor de 540 milhões de euros e outros apoios aos agricultores que enfrentam a crise dos adubos](#)

[Comissão apresenta as primeiras estratégias da UE para as ilhas e as comunidades costeiras](#)

[Comissão impõe medidas provisórias à Meta para preservar o livre acesso de IA rivais ao WhatsApp](#)

[UE tem de trabalhar mais para garantir emprego aos jovens](#)



15 de junho



Conselho dos Negócios Estrangeiros, 15 de junho de 2026

O Conselho trocará pontos de vista sobre a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e sobre a situação no Médio Oriente, à luz dos acontecimentos recentes. Os ministros debaterão também as relações entre a UE e a China.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#).

15 a 17 de junho



Cimeira do G7 em Evian, França, 15 a 17 de junho

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, [participarão](#) na Cimeira do G7 em Evian, França, de 15 a 17 de junho.

Para mais informações sobre a cimeira, consultar o [sítio Web da Cimeira do G7](#). Os materiais audiovisuais estarão disponíveis no [serviço de informação EbS](#).

15 a 18 de junho



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

A próxima sessão plenária do Parlamento Europeu irá decorrer em Estrasburgo nos próximos dias 15 a 18 de junho, podendo consultar [aqui](#) a agenda provisória da sessão plenária.

Pode consultar [aqui](#) em detalhe todos os destaques desta sessão plenária.

Poderá ainda assistir em direto à [sessão plenária através do EP Live](#).

16 de junho



Conselho dos Assuntos Gerais, 16 de junho de 2026

Os ministros responsáveis pelos Assuntos Europeus reunir-se-ão no Luxemburgo para continuar a preparação da reunião do Conselho Europeu de junho, debatendo o projeto de conclusões. O Conselho realizará também um debate de orientação sobre o quadro de negociação do novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034 e será convidado a adotar orientações gerais parciais sobre três dos seus principais pilares. Em seguida, os ministros centrar-se-ão no Semestre Europeu e receberão informações atualizadas sobre a situação do Estado de direito na Hungria no contexto do procedimento previsto no artigo 7.º. Por último, o Conselho será convidado a aprovar o seu programa de 18 meses para o período compreendido entre 1 de julho de 2026 e 31 de dezembro de 2027 e a fazer o balanço de um relatório intercalar sobre a simplificação elaborado pela Presidência.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#).



Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Saúde, 16 de junho de 2026

Os ministros da Saúde da UE procurarão definir a sua posição de negociação sobre uma diretiva que acompanha o ato legislativo europeu sobre biotecnologia I, que adapta a legislação da UE em vigor em matéria de microrganismos geneticamente modificados e de processamento de órgãos. Realizarão igualmente um debate de orientação sobre o ato legislativo europeu sobre biotecnologia I. A Presidência cipriota partilhará os seus progressos no que diz respeito ao regulamento que revê as regras aplicáveis aos dispositivos médicos e aos dispositivos médicos para diagnóstico *in vitro*.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#).

18 e 19 de junho



Conselho Europeu, 18-19 de junho de 2026

Os dirigentes da UE debaterão a situação na Ucrânia, no Médio Oriente, o próximo quadro financeiro plurianual, os desafios económicos mundiais, a defesa e a segurança europeias, a migração, as drogas ilícitas e outros assuntos.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#) e consultar a [carta convite](#) endereçada pelo Presidente do Conselho Europeu, António Costa, aos Chefes de Estado e de Governo.

Até 23 de junho



Setor vitivinícola — informações relativas às despesas

O Regulamento (UE) 2026/471 introduz 2 novas intervenções no setor vitivinícola: 1) arranque permanente de vinhas produtivas e 2) atividades de monitorização, diagnóstico, formação, comunicação e investigação destinadas a prevenir a propagação de pragas pertinentes.

Esta iniciativa atualiza as regras da UE em matéria de comunicação de informações, assegurando um acompanhamento eficaz da política agrícola comum (PAC). Ao recolher dados sobre a execução, a UE avaliará o seu impacto de acordo com o modelo de aplicação dos planos estratégicos da PAC.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 23 de junho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 24 de junho



Setor da água — acelerar a digitalização para uma melhor gestão e sustentabilidade: convite à apresentação de contributos para uma iniciativa (sem avaliação de impacto)

A gestão da água na UE exige um sistema inteligente e digital para melhorar as previsões em tempo real e reduzir os custos. Esta iniciativa visa acelerar a digitalização através de três pilares: megadados baseados na IA, implantação em grande escala da Internet das coisas e observação habitual da Terra. Esta iniciativa visa prestar serviços fiáveis, reduzir a burocracia e promover um mercado competitivo. A melhoria da cooperação transnacional e da transparência pode assegurar melhores dados para o público e uma gestão mais inteligente dos recursos hídricos da UE.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 24 de junho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 25 de junho



Matadouros e estabelecimentos de manuseamento de caça de baixa capacidade — facilitar as inspeções *ante mortem* e *post mortem*: projeto de regulamento delegado

A alteração proposta visa permitir a veterinários oficiais em matadouros e estabelecimentos de manuseamento de caça de baixa capacidade realizar inspeções *ante mortem* e *post mortem* à distância, em condições específicas que garantam o cumprimento dos requisitos de saúde e bem-estar animal e de saúde pública. Permite igualmente a inspeção à distância com recurso a tecnologias pertinentes, o que proporciona possibilidades acrescidas relativamente à inspeção da carne.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 25 de junho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Matadouros e estabelecimentos de manuseamento de caça de baixa capacidade — facilitar disposições práticas para as inspeções: projeto de regulamento de execução

A alteração proposta visa: proporcionar maior flexibilidade no que respeita ao prazo de realização de inspeções *post mortem* em matadouros e estabelecimentos de manuseamento de caça de baixa capacidade; esclarecer a possível utilização de tecnologias pertinentes que complementem a inspeção da carne; aumentar o limite para que os estabelecimentos sejam considerados de baixa capacidade; e, permitir que mais matadouros e estabelecimentos de manuseamento de caça beneficiem de disposições de flexibilidade em matéria de inspeção da carne.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 25 de junho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 26 de junho



Comissão Europeia procura obter reações sobre o projeto de orientações relativas aos sinalizadores de confiança ao abrigo do Regulamento Serviços Digitais

A Comissão Europeia [procura obter reações](#) ao seu [projeto de orientações sobre sinalizadores de confiança](#), organizações especializadas na identificação de conteúdos ilegais em linha, a fim de assegurar um quadro claro e coerente ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais (RSD).

Em preparação das orientações, a Comissão publicou um [estudo](#) sobre a aplicação deste mecanismo.

A Comissão convida as partes interessadas com conhecimentos especializados pertinentes, incluindo plataformas, sinalizadores de confiança, requerentes, investigadores e organizações da sociedade civil, a partilharem os seus pontos de vista sobre o projeto de orientações até 26 de junho de 2026. Após a receção das observações, a Comissão tenciona adotar as orientações no segundo semestre de 2026.

Até 29 de junho



Proteger as crianças contra a criminalidade: convite à apresentação de contributos para uma iniciativa (sem avaliação de impacto)

As crianças de toda a UE enfrentam um sério risco de serem vítimas de crimes ou de serem recrutadas para a prática de crimes, tanto em linha como fora de linha.

Tal como anunciado na ProtectEU, a Estratégia Europeia de Segurança Interna, a UE desenvolverá um plano de ação para proteger melhor as crianças contra a criminalidade nos mundos físico e digital. O plano apresentará uma abordagem coerente e abrangente para fazer face às diferentes ameaças que as crianças enfrentam, delineando um conjunto de princípios orientadores para a ação da UE centrados no interesse superior da criança.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 29 de junho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

2 de julho



Conferência Anual sobre o Orçamento da UE para 2026 – Impulsionar a Europa: Aproveitar o orçamento da UE para as prioridades estratégicas

A Conferência Anual sobre o Orçamento da UE está de volta em 2 de julho de 2026! Fique ligado na [newsletter](#) para receber as últimas informações sobre a conferência.

O orçamento da União Europeia é essencial para a realização das prioridades da União. Reforça a ação política da União e funciona como um poderoso catalisador do investimento privado.

A conferência analisará a melhor forma de alavancar o orçamento da UE para aumentar o impacto das políticas e mobilizar recursos financeiros adicionais.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre esta conferência.

Até 6 de julho



Convite à apresentação de contributos para uma iniciativa: Estratégia da UE de combate à corrupção — uma abordagem global para combater a corrupção dentro e fora da UE

A corrupção afeta a segurança e a economia da UE, compromete a confiança do público, mina o Estado de direito e facilita a criminalidade organizada.

A nova estratégia da UE de combate à corrupção visa proteger melhor a nossa democracia: prevenir, detetar e combater a corrupção — dentro e fora da EU; colmatar lacunas, reforçar a supervisão e aumentar a transparência; e, construir uma cultura de integridade em toda a UE.

Esta abordagem mais coordenada ajudará a salvaguardar os nossos valores e instituições.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 6 de julho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 7 de julho



Candidaturas Youth4Regions 2026 para aspirantes a jornalistas

A Comissão Europeia abriu candidaturas para a 10.ª edição do [Youth4Regions](#), o seu programa emblemático de apoio aos aspirantes a jornalistas. Os candidatos selecionados passarão uma semana em Bruxelas, de 10 a 16 de outubro de 2026, beneficiando da participação em formações conduzidas por especialistas na área, de experiência direta na sala de imprensa da Comissão Europeia e de acesso exclusivo às instituições da UE e às principais organizações de comunicação social. **As candidaturas podem ser apresentadas até 7 de julho de 2026 no [website do programa](#).**

Até 10 de julho



Comissão lança plataforma de simplificação para consultar peritos em matéria de redução dos encargos administrativos

A Comissão Europeia lançou a [Plataforma de Simplificação](#) - um grupo de peritos de alto nível, que trabalhará na simplificação e na redução dos encargos. A Plataforma contribuirá para avaliar os progressos alcançados em matéria de esforços de simplificação e ajudará a identificar as prioridades e necessidades emergentes, dando um novo impulso à agenda de simplificação mais vasta da UE.

Ajudará a Comissão a identificar os casos em que as regras da UE são demasiado complexas na prática e o modo como podem ser simplificadas para as pessoas, as empresas e as administrações. Reunirá as autoridades nacionais, regionais e locais dos Estados-Membros, o Comité das Regiões, apoiado pela Rede de Polos Regionais, o Comité Económico e Social Europeu, os parceiros sociais, as pequenas e grandes empresas, as organizações de consumidores e ambientais e outras organizações não governamentais.

Num momento de profundas mudanças a nível mundial, um quadro regulamentar eficiente e eficaz é essencial para a competitividade europeia. Regras mais simples, mais bem concebidas e mais fáceis de aplicar contribuirão, por conseguinte, para libertar o potencial económico e promover um mercado único mais dinâmico e integrado.

O [convite à apresentação de candidaturas](#) para selecionar peritos para a Plataforma de Simplificação que representem um interesse comum partilhado pelas partes interessadas em vários domínios de intervenção foi publicado em linha. As pessoas interessadas são convidadas a apresentar a sua candidatura ao [Secretariado da Plataforma de Simplificação](#). As candidaturas podem ser apresentadas até 10 de julho de 2026.

[Para mais informações](#), consultar a página Web específica.

Até 16 de julho



Comissão lança consulta pública sobre a Lei Europeia dos Oceanos

A Comissão lançou uma consulta [pública para ajudar a moldar a Lei Europeia dos Oceanos](#), uma proposta legislativa fundamental no âmbito do Pacto Europeu para os Oceanos, cuja adoção está prevista para 2026. A Lei dos Oceanos visa reforçar a governação dos oceanos na, da UE, servindo de ponto de referência único para todos os objetivos económicos, climáticos, ambientais e sociais de proteção e utilização sustentável dos recursos oceânicos.

A decorrer até 16 de julho de 2026, a consulta convida as partes interessadas, as autoridades e administrações públicas, os peritos, os cidadãos e as comunidades costeiras a partilharem os seus pontos de vista através de um questionário estruturado. A presente consulta visa assegurar que a futura Lei dos Oceanos satisfaz as necessidades do mundo real.

A decisão surge na sequência de um convite [anterior à apresentação de evidências em janeiro passado](#).

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre esta consulta pública.



Estratégia da UE para a Juventude pós-2027: consulta pública

O atual quadro de cooperação da UE no domínio da juventude — a Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 — vigora até ao final de 2027.

A comunicação, que a Comissão Europeia prevê que venha a ser adotada durante o primeiro trimestre de 2027, apresentará propostas para uma nova Estratégia da UE para a Juventude pós-2027.

Será acompanhada por dois documentos de trabalho dos serviços da Comissão: um sobre os resultados da UE para a Juventude 2019-2027; e, um sobre a situação dos jovens na UE.

O período de consulta pública decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 16 de julho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 22 de julho



Estatísticas europeias sobre o turismo — atualização legislativa

O Regulamento (UE) n.º 692/2011 estabelece um quadro comum para o desenvolvimento, produção e difusão sistemáticos de estatísticas europeias sobre o turismo.

O objetivo desta nova iniciativa é prepará-lo para o futuro. Permitirá responder melhor às novas necessidades dos utilizadores e integrar melhor novas fontes de dados e novos métodos no processo de produção estatística. O objetivo é produzir estatísticas europeias sobre o turismo mais completas, mais atempadas e mais eficientes em termos de custos, sem aumentar o encargo líquido para os respondentes.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 22 de julho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 5 de agosto



Ato legislativo sobre biotecnologia

O setor da biotecnologia desempenha um papel fundamental em vários domínios da economia da UE. É impulsionado pela investigação, evolui rapidamente e exige investimentos públicos e privados substanciais.

O ato legislativo sobre biotecnologia irá propor uma série de medidas com o objetivo de criar um ambiente propício para acelerar a transição dos produtos biotecnológicos do laboratório para a fábrica e para o mercado, mantendo as mais elevadas normas de segurança relativas à proteção da população e do ambiente.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 5 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 10 de agosto



Diretivas Aves e Habitats — teste de resistência

O teste de resistência das Diretivas Aves e Habitats (as diretivas sobre a proteção da natureza) inscreve-se no âmbito de uma iniciativa mais ampla da Comissão em matéria de simplificação, destinada a impulsionar a competitividade da UE, preservando simultaneamente os objetivos económicos, sociais e ambientais.

O teste de resistência visa identificar: as possibilidades de alcançar os objetivos das diretivas de forma mais eficiente em termos de custos, mantendo simultaneamente os seus objetivos; os potenciais domínios de simplificação; e, as possibilidades de reduzir os encargos administrativos desnecessários.

O período de consulta pública decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 10 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 20 de agosto



Mercado único — pôr termo a restrições territoriais injustificadas à oferta: convite à apresentação de contributos para uma avaliação de impacto

As restrições territoriais à oferta são limitações impostas por certos grandes fabricantes para dificultar ou impedir que os retalhistas comprem produtos num país da UE e os revendam noutro. Essas restrições fragmentam o mercado único, limitam a escolha dos consumidores e contribuem para disparidades de preços significativas na UE para os bens de consumo correntes.

A estratégia para o mercado único, adotada em maio de 2025, anunciou instrumentos para lutar contra essas práticas em situações que não são abrangidas pelo direito da concorrência.

O período de consulta pública decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 20 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 31 de agosto



Pesca sustentável na UE: ponto da situação e orientações para 2027

A presente iniciativa examina: os progressos realizados a nível da preservação de unidades populacionais saudáveis; o equilíbrio entre a capacidade da frota e as possibilidades de pesca; a aplicação da obrigação de desembarcar; o desempenho socioeconómico da frota da EU; e, os progressos realizados a nível da dimensão social da política comum das pescas.

A iniciativa define igualmente as principais orientações que servirão de base para as propostas da Comissão sobre as possibilidades de pesca para 2027.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 31 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Comissão procura obter informações sobre o funcionamento das regras da UE em matéria de criptoativos

A Comissão Europeia lançou uma consulta para recolher reações das partes interessadas e do público em geral sobre o funcionamento do quadro regulamentar da UE em matéria de criptoativos, o [Regulamento Mercados de Criptoativos \(MiCA\)](#).

À medida que os mercados de criptoativos e o panorama político mais vasto continuam a expandir-se, a Comissão está a avaliar se o atual quadro continua a ser adequado à sua finalidade.

A consulta procura obter reações sobre os principais elementos constitutivos do MiCA. Inclui [um questionário público destinado](#) às pessoas singulares e [um questionário específico](#) que abrange questões mais técnicas e jurídicas para as partes interessadas, como os emitentes de ativos digitais e os prestadores de serviços, as instituições financeiras, os fornecedores de tecnologia, o meio académico, os grupos de reflexão, os organismos industriais, as organizações de consumidores e de interesse público e as autoridades públicas da UE.

A [consulta](#) está aberta até 31 de agosto e as reações recolhidas serão utilizadas para fundamentar o futuro trabalho político da Comissão em matéria de ativos digitais.

Até 23 de setembro



Missões da UE no âmbito do Horizonte Europa: 10 milhões de euros disponíveis para novos projetos no domínio do clima e do solo

A Comissão Europeia lançou um novo convite à apresentação de propostas de projetos de apoio à Missão da UE para a Saúde dos Solos e a Alimentação e à Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, com 10 milhões de euros de financiamento da UE disponíveis.

Na sequência da adoção do programa de trabalho do [Horizonte Europa para 2026-2027 para a Missão](#), da UE, está disponível um total de 10 milhões de euros de financiamento da UE no âmbito do convite: [HORIZON-MISS-2026-06-CLIMA-SOIL](#).

O presente convite visa apoiar ações de inovação que contribuam para os objetivos da Missão da UE para a Saúde dos Solos e a Alimentação e da Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, ajudando a traduzir a investigação e a inovação em soluções concretas.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.



Comissão propõe ajuda financeira no valor de 540 milhões de euros e outros apoios aos agricultores que enfrentam a crise dos adubos

A Comissão Europeia apresenta medidas firmes para ajudar os agricultores que enfrentam um aumento acentuado dos custos dos fertilizantes e para apoiar a segurança alimentar da Europa, dando cumprimento ao recém-anunciado [Plano de Ação para os Fertilizantes](#). Nos últimos meses, as tensões geopolíticas e as perturbações do aprovisionamento fizeram subir os preços dos fertilizantes em toda a Europa. Para fazer face a esta situação, a Comissão propõe duas medidas concretas. Em primeiro lugar, a Comissão está a prestar apoio financeiro para ajudar os agricultores a comprar fertilizantes para garantir as suas próximas culturas. Nas próximas semanas, a Comissão pretende mobilizar um total de 540 milhões de euros. No início desta semana, a Comissão [propôs](#) reforçar a reserva agrícola com um montante adicional de 300 milhões de EUR do orçamento da UE para 2026, para além dos fundos remanescentes. Os Estados-Membros poderão complementá-lo até 200% dos fundos nacionais, elevando-o a um total potencial de 1,5 mil milhões de euros.

Em segundo lugar, a Comissão propõe ajustamentos específicos à política agrícola comum, permitindo que os Estados-Membros prestem aos agricultores um apoio mais rápido e flexível ao acesso aos fertilizantes. Estas medidas incluem um novo regime de liquidez no âmbito do desenvolvimento rural para o apoio à crise, a opção de os Estados-Membros pagarem pagamentos diretos aos agricultores mais cedo e a possibilidade de os Estados-Membros ajustarem o seu orçamento para pagamentos diretos para o ano civil de 2027.

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#).

Dia Mundial da Segurança Alimentar

Pode consultar [aqui](#) a declaração proferida pelo Comissário Várhelyi por ocasião da celebração Dia Mundial da Segurança Alimentar.

Proteger os alimentos e bebidas locais: Mais de 3 700 indicações geográficas registadas

A Comissão Europeia [registou](#) mais de 3 700 indicações geográficas (IG), contribuindo para proteger o rico património alimentar e de bebidas da Europa e promovendo simultaneamente produtos de qualidade em toda a UE e fora dela.

As indicações geográficas protegem os nomes dos produtos estreitamente ligados a um local específico e aos métodos de produção tradicionais. Aplicam-se a uma vasta gama de produtos agrícolas, géneros alimentícios, vinhos e bebidas espirituosas produzidos em várias regiões.

Estes sistemas protegem os nomes dos produtos e preservam os conhecimentos, tradições e características locais que os tornam únicos. Ajudam igualmente os consumidores a identificar produtos autênticos para fazerem escolhas de compra informadas e criarem valor acrescentado para os produtores.



Reserva de estabilidade do mercado do ETS2: Conselho e Parlamento chegam a um acordo provisório

A Presidência cipriota do Conselho e os representantes do Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório sobre a alteração específica à reserva de estabilidade do mercado (MSR) no âmbito do regime de comércio de licenças de emissão da UE para os setores da construção, dos transportes rodoviários e outros setores (ETS2).

A reserva de estabilidade do mercado corrige os desequilíbrios entre a oferta e a procura no ETS2, ajustando o número de licenças de emissão disponíveis em circulação. O acordo agora alcançado reforçará a reserva de estabilidade do mercado e garantirá ainda mais um mercado estável e previsível para as licenças, antes do lançamento total do ETS2 em 2028.

Pode encontrar informação mais detalhada [aqui](#).

UE avança com corredores para camiões com nível nulo de emissões e bancos de ensaio de veículos autónomos

A Comissão Europeia e os Estados-Membros estão a intensificar os esforços para reforçar a competitividade da Europa no domínio dos transportes limpos e digitais. No [Conselho \(Transportes\) da passada segunda-feira, realizado no Luxemburgo](#), a UE lançou novas iniciativas para acelerar a implantação de soluções de transporte inovadoras, sem emissões e automatizadas, apoiando a liderança industrial e os objetivos climáticos da Europa.

Os ministros da UE de nove Estados-Membros, juntamente com o comissário responsável pelos Transportes Sustentáveis e Turismo, Apostolos Tzitzikostas, aprovaram [os dois primeiros roteiros](#) no âmbito da Iniciativa Corredores de Transporte Limpos. Estes roteiros visam acelerar a implantação de infraestruturas de carregamento para camiões com nível nulo de emissões ao longo dos [corredores Escandinávia-Mediterrâneo](#) e Mar do Norte-Báltico. Ao identificarem as principais lacunas em matéria de infraestruturas e as necessidades de investimento, os roteiros contribuem para alcançar operações de transporte de mercadorias com nível nulo de emissões até 2030.

Além disso, 18 Estados-Membros e o comissário assinaram uma [declaração conjunta de intenções sobre bancos de ensaio transfronteiriços para veículos autónomos](#), promovendo a implantação coordenada e os ensaios comerciais em toda a Europa. Os bancos de ensaio de veículos autónomos reforçarão igualmente a cooperação em matéria de interoperabilidade, regulamentação e implantação transfronteiras.

Tal como salientado no [Plano de Ação Europeu para a Indústria Automóvel](#), a Comissão está empenhada em apresentar ações concretas que assegurem um setor automóvel sólido e sustentável e ajudem a libertar o seu poder inovador. Ambas as novas iniciativas contribuirão para este objetivo.

O Conselho avança com medidas para reforçar o mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço da UE

O Conselho aprovou a sua posição sobre o reforço do mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço (CBAM), o instrumento da UE destinado a combater a fuga de carbono e a promover a descarbonização global, na perspetiva das negociações com o Parlamento Europeu. O novo quadro alargaria o âmbito de aplicação do CBAM a novos produtos e colmataria lacunas que possam ser utilizadas para contornar o sistema.

Em vigor desde 1 de janeiro de 2026, o CBAM atribui um preço às emissões de carbono geradas durante a produção de bens importados nos setores com maior intensidade carbónica: siderurgia, cimento, fertilizantes, alumínio, eletricidade e hidrogénio, e incentiva uma produção industrial mais limpa nos países terceiros.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada da posição do Conselho.

Prevê-se que as negociações entre a Presidência do Conselho e o Parlamento Europeu tenham início logo que possível após a aprovação da posição do Parlamento, com vista a chegar a um acordo antes do final do ano.

 Coesão e solidariedade interna da UE

Comissão apresenta as primeiras estratégias da UE para as ilhas e as comunidades costeiras

A Comissão Europeia adotou hoje duas estratégias específicas, uma para as ilhas da UE e outra para as comunidades costeiras da UE, estabelecendo pela primeira vez uma abordagem europeia coordenada para apoiar ambos os tipos de territórios e libertar o seu potencial a longo prazo.

As duas iniciativas introduzem uma abordagem orientada, dedicada às necessidades específicas e aos desafios únicos de: **17 milhões de pessoas** vivem em mais de 4 000 ilhas em 16 Estados-Membros da UE; e em que **95 milhões de pessoas** vivem ao longo dos 70 000 km das costas da UE e em zonas costeiras de 22 Estados-Membros da UE.

Para o efeito, a Comissão propõe uma abordagem coerente e holística que aborde a economia, a conectividade, a energia, o ambiente, a demografia e a segurança de forma integrada, com o objetivo de transformar os desafios enfrentados por estes territórios em oportunidades e pontos fortes duradouros. Tal inclui assegurar que as suas necessidades específicas sejam plenamente refletidas em futuras propostas e alinhadas com as prioridades mais vastas da UE.

A maioria das ilhas da UE partilha desafios comuns com impacto na sua sustentabilidade económica e qualidade de vida, como o isolamento geográfico, a conectividade limitada, os elevados custos de transporte e tempos de viagem, os mercados pequenos e fragmentados, a dependência excessiva do turismo, a dependência excessiva dos combustíveis fósseis, a vulnerabilidade climática, o declínio demográfico, a escassez de água, a redução do acesso a serviços essenciais e outros custos adicionais da insularidade.

Na encruzilhada entre terra e mar, as comunidades costeiras da Europa são um trunfo vital. Combinam um rico património ambiental, cultural e marítimo com um forte potencial para impulsionar uma [economia azul sustentável](#). Ao mesmo tempo, as comunidades costeiras da Europa estão na linha da frente das alterações climáticas, da perda de biodiversidade marinha e costeira e da poluição marinha, que afetam a sua resiliência a longo prazo e o seu crescimento económico. Alguns também enfrentam pressões adicionais, incluindo o turismo desequilibrado, a escassez de habitação a preços acessíveis, a sazonalidade da atividade económica e as oportunidades de emprego limitadas, conduzindo à emigração dos jovens e à instabilidade económica.

É por isso que uma **abordagem adaptada** é essencial. As duas estratégias trabalham em conjunto, reforçando-se mutuamente para fazer face às pressões partilhadas, respondendo simultaneamente às realidades únicas das ilhas e das comunidades costeiras.

Reconhecendo estas **pressões interligadas**, a UE desenvolveu as duas estratégias complementares para criar um quadro coeso no âmbito das políticas e do financiamento existentes, com vista a reforçar as oportunidades económicas, a qualidade de vida e a resiliência.

Pode aceder [aqui](#) a mais informação sobre as propostas adotadas pela Comissão Europeia.



Defesa e Segurança

Mecanismo Europeu de Apoio à Paz: Conselho adota a segunda medida de assistência em apoio às Forças Armadas egípcias

O Conselho [aprovou](#) uma medida de assistência no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEP), no valor de 20 milhões de euros, a favor das Forças Armadas Egípcias (FAE).

O objetivo desta medida de assistência é reforçar as capacidades das FAE, a fim de melhorar a segurança e a estabilidade nacionais do Egito, bem como a proteção dos civis. Mais especificamente, o apoio irá aumentar as capacidades das FAE para garantir a segurança marítima no Mediterrâneo e no Mar Vermelho.

Liberdade de navegação no Estreito de Ormuz: a UE inclui duas pessoas e uma entidade na lista

O Conselho [aprovou](#) medidas restritivas contra duas pessoas e uma entidade, ao abrigo do quadro jurídico alargado que visa os responsáveis pelas ações e políticas do Irão que ameaçam a liberdade de navegação no Médio Oriente. Estas ações são contrárias ao direito internacional e violam os direitos consagrados de trânsito e de passagem inofensiva através dos estreitos internacionais.

Exercício cibernético à escala da UE testa resposta a ataques a redes ferroviárias e marítimas

Em 10 e 11 de junho, cerca de 5 000 peritos participaram num exercício cibernético à escala da UE para testar a forma como a Europa reagiria aos ataques a infraestruturas críticas de transportes. A Cyber Europe 2026 foi também o primeiro teste à escala da UE do [Plano de Ação da UE para a Cibersegurança de 2025](#), que clarifica os papéis e as responsabilidades numa crise.

Organizado pela Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA), o exercício simulou um ciberataque às redes ferroviárias e marítimas da Europa. O cenário causou graves perturbações operacionais e transformou-se numa verdadeira crise de cibersegurança. Os participantes incluíram especialistas em cibersegurança dos setores público e privado, decisores políticos, instituições da UE, indústria e países parceiros (Reino Unido, Noruega, Suíça e Ucrânia).

Henna Virkkunen, vice-presidente executiva responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, declarou: «*Os transportes são essenciais para a nossa economia e para a nossa vida quotidiana, mas são também um alvo das ciberameaças. Quando os portos ou os caminhos de ferro são atingidos, os efeitos podem ir muito além dos transportes, perturbando o comércio, a mobilidade militar e a resposta a situações de crise. Uma vez que as ameaças híbridas esbatem a fronteira entre as infraestruturas civis e militares, a preparação não é facultativa. As ciberameaças atravessam fronteiras em segundos. A Europa deve ser capaz de agir com a mesma rapidez, juntamente com os seus parceiros mais próximos.*»

O exercício testou igualmente a Reserva de Cibersegurança, criada ao abrigo do [Regulamento Cibersolidariedade](#) para apoiar as respostas a incidentes de cibersegurança. Os ensinamentos retirados da iniciativa «Cyber Europe 2026» ajudarão a consolidar o plano de ação da UE em matéria de cibersegurança e a integrar a gestão de ciber crises nos quadros mais vastos da União em matéria de preparação e resposta a emergências.

Governança económica: Conselho aprova flexibilidade para Espanha aumentar gastos com a defesa

O Conselho [ativou](#) a cláusula de escape nacional (CEN) ao abrigo do pacto de estabilidade e crescimento (PEC) para Espanha. Esta medida vai ajudar Espanha a transitar para um aumento dos gastos com defesa a nível nacional sem colocar em risco a sustentabilidade da sua dívida.

A cláusula cobre um período de quatro anos e uma flexibilidade máxima de 1,5% do PIB. Para todas as outras despesas, Espanha continua vinculada às regras orçamentais e deve manter o compromisso com a implementação do quadro de governação económica revisto, independentemente da ativação da cláusula.

Outros 17 Estados-membros da UE – Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chéquia, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Alemanha, Grécia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Portugal, Eslováquia e Eslovénia – também viram aprovados os seus pedidos de ativação da cláusula de escape nacional.



Diplomacia e solidariedade externa da UE

A UE vai mobilizar até 25 mil milhões de euros para as energias renováveis e as tecnologias limpas até 2035, através da iniciativa «Pacto para o Mediterrâneo»

A União Europeia lança a [Cooperação Transmediterrânea em Energias Renováveis e Tecnologias Limpas](#) (T-MED) – uma iniciativa emblemática no âmbito do [Pacto para o Mediterrâneo](#). A T-MED visa acelerar o desenvolvimento das energias renováveis, do hidrogénio, da produção de tecnologias limpas e de redes elétricas modernas em toda a região mediterrânica, promovendo um mercado energético mediterrânico mais integrado, sustentável e interligado.

Apresentado durante a Semana Europeia da Energia Sustentável pela Comissária para o Mediterrâneo, Dubravka Šuica, e pelo Comissário para a Energia e a Habitação, Dan Jørgensen, a T-MED tem como objetivo mobilizar até 25 mil milhões de euros em investimentos previstos até 2035. A Comissão Europeia disponibilizou mais de 5 mil milhões de euros em capacidade de garantia no âmbito do [Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável Plus](#). Esta capacidade de garantia ajudará a mobilizar investimento público e privado nos setores abrangidos pela T-MED.

No seu cerne, a T-MED visa reforçar a cooperação energética em toda a região do Mediterrâneo. Até 2035, espera-se que a iniciativa contribua para o desenvolvimento de 15 gigawatts de nova capacidade de energia renovável, apoie reformas regulatórias nos países parceiros e ajude a criar mais de 100 000 postos de trabalho nos setores das energias limpas.

Ao reunir governos, instituições financeiras, atores privados e partes interessadas locais, a T-MED promoverá a cooperação transfronteiriça e parcerias estratégicas no domínio da energia. Ao apoiar a diversificação dos sistemas energéticos e das cadeias de abastecimento, a iniciativa reforçará a segurança energética, aumentará a competitividade, apoiará a descarbonização e contribuirá para a prosperidade e estabilidade a longo prazo da região, tanto para a UE como para os seus países parceiros no sul do Mediterrâneo.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre as cinco ações coordenadas que implementarão esta iniciativa T-MED.

UE desembolsa quase 2,8 mil milhões de euros para apoiar a estabilidade financeira e os esforços de reforma da Ucrânia

A Comissão Europeia disponibilizou quase 2,8 mil milhões de euros à Ucrânia para apoiar as suas necessidades de financiamento e manter a administração pública, uma vez que continua a defender-se da guerra de agressão da Rússia.

Este é o sétimo desembolso ao abrigo do [Mecanismo para a Ucrânia](#), o principal instrumento da UE para apoiar a recuperação, a agenda de reformas e os progressos da Ucrânia rumo à adesão à UE. Com este último pagamento, o apoio total da UE prestado ao abrigo do Plano para a Ucrânia atinge 29,5 mil milhões de euros, o equivalente a quase 77 % do financiamento disponível ao abrigo do primeiro pilar do Mecanismo, que presta um apoio direto ao orçamento de Estado.

O desembolso surge na sequência da execução bem-sucedida pela Ucrânia de reformas em vários setores estratégicos, incluindo a gestão das finanças públicas, o sistema judicial, os mercados financeiros, o capital humano, o ambiente empresarial, a energia, a agricultura, as matérias-primas críticas, a digitalização e a transição ecológica.

A Comissária responsável pelo Alargamento, Marta Kos, declarou: «*A rapidez e o empenho da Ucrânia em realizar reformas significativas mereceram este pagamento, e estamos agora também a preparar o caminho para novos progressos nas negociações de adesão.*»

A Ucrânia apresentou um pedido de pagamento parcial em 14 de abril. Em 28 de maio, os Estados-Membros do Conselho da UE aprovaram a avaliação da Comissão de que a Ucrânia tinha cumprido com êxito onze reformas relacionadas com este pagamento, juntamente com três reformas pendentes do quinto e sexto pagamentos, bem como quatro reformas antecipadas de futuras parcelas.

Para mais informações sobre o apoio global da UE à Ucrânia, consultar a ficha [informativa](#).

UE e Quênia reforçam parceria

A União Europeia e o Quênia estão a aprofundar a sua parceria estratégica em matéria de comércio, transformação digital e investimento sustentável, a fim de impulsionar o crescimento económico mútuo em benefício das empresas e dos cidadãos de ambas as partes. Esta cooperação reforçada reflete o papel central do Quênia enquanto parceiro fundamental da UE em África e a nível multilateral.

Estes compromissos foram estabelecidos em Bruxelas, onde a vice-presidente executiva responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, Henna Virkkunen, deu as boas-vindas ao presidente da República do Quênia, William Ruto.

No âmbito desta cooperação no âmbito da [Estratégia Global Gateway](#), a UE e o Quênia investirão em transportes não poluentes e na facilitação do comércio ao longo do corredor estratégico setentrional na África Oriental e na implantação de conectividade de alta velocidade para mais de 3 000 gabinetes públicos, escolas, centros de saúde e plataformas digitais em todo o Quênia.

Os debates avançaram a cooperação no âmbito do [diálogo estratégico UE-Quênia](#) em domínios prioritários fundamentais e congratularam-se [com os progressos realizados no processo de adequação dos dados UE-Quênia](#), o que facilitaria os fluxos de dados seguros entre os parceiros e apoiaria o comércio e a inovação digitais. A UE registou a avaliação positiva até à data e a sua intenção de concluir o processo o mais rapidamente possível.

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#).

A UE e a República da Coreia reforçam a sua parceria estratégica com novas áreas de cooperação

A União Europeia e a República da Coreia realizaram a sua 11.ª Cimeira em Bruxelas. A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, encontraram-se com o Presidente da República da Coreia, Lee Jae-Myung.

A Cimeira marcou uma nova fase na parceria estratégica UE-Coreia da República, com uma série de resultados concretos para reforçar a resiliência económica, a cooperação em matéria de segurança e defesa, a investigação e a transição para a energia limpa.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre esta 11.ª Cimeira.

UE conclui Acordo de Parceria Económica modernizado com parceiros da África Subariana

A UE e quatro Estados da África Oriental e Austral (ESA) (Comores, Madagáscar, Maurícia e Seicheles) concluíram as negociações sobre um Acordo de Parceria Económica (APE) reforçado. O comissário responsável pelo Comércio e Segurança Económica, Maroš Šefčovič, participou por videoconferência na cerimónia de conclusão que teve lugar na Maurícia. O APE representa o primeiro do género assinado entre a UE e os parceiros da África Subariana e estabelece um marco de referência importante para as futuras relações económicas UE-África. Estará aberta à adesão de outros países da ESA.

O APE proporcionará um quadro sólido para aproximar a UE e os Estados da ESA, com base em regras claras e previsíveis. Visa promover oportunidades económicas e a diversificação para ambas as partes, apoiando simultaneamente uma integração económica regional e continental mais profunda e o desenvolvimento sustentável nos Estados da ESA. Este APE reforçado criará novas oportunidades para os consumidores e as empresas de ambos os continentes.

A UE é o maior parceiro comercial do SEC4, representando 24 % do seu comércio total de mercadorias e 33 % do seu comércio total de serviços. Em 2024, o comércio total de bens e serviços entre a UE e os Estados da ESA4 atingiu 9,7 mil milhões de EUR, incluindo 5,2 mil milhões de EUR de importações da UE e 4,5 mil milhões de EUR de exportações da UE.

Maroš Šefčovič, comissário do Comércio e Segurança Económica; As Relações Interinstitucionais e a Transparência, afirmou: «O nosso Acordo de Parceria Económica com as Comores, Madagáscar, a Maurícia e as Seicheles é o primeiro acordo de comércio livre moderno e abrangente da UE com os parceiros da África Subariana – e o acordo hoje alcançado para o reforçar e modernizar constitui um marco histórico nas relações UE-África. Com quase 10 mil milhões de euros em comércio e 20 mil milhões de euros em investimento direto estrangeiro só em 2024, este acordo já está a produzir resultados tangíveis – criando emprego, atraindo empresas e ajudando os nossos parceiros do SEC4 a diversificarem-se para setores de maior valor. A conclusão é apenas o início. A implementação é o que transforma a ambição numa oportunidade real. Por conseguinte, aguardamos com expectativa o lançamento em breve do nosso primeiro Fórum Empresarial conjunto UE-AEE, a fim de ligar as nossas comunidades empresariais e explorar todo o potencial desta parceria.»

Estão disponíveis mais informações em linha no [comunicado de imprensa](#), nas [perguntas e respostas](#) e na [declaração conjunta](#).



Economia, Comércio e Concorrência

Análise do investimento estrangeiro: Conselho aprova regime atualizado

O Conselho [adotou](#) um regulamento que revê o regime da UE para a análise dos investimentos diretos estrangeiros (IDE), reforçando a capacidade da UE para identificar, avaliar e fazer face aos riscos para a segurança e a ordem pública associados a determinados investimentos estrangeiros.

As novas regras substituem o atual regime de análise dos IDE, em vigor desde 2020, e visam assegurar uma abordagem mais coordenada e eficaz em toda a UE para salvaguardar a segurança e a ordem pública.

O regulamento revisto exige que todos os Estados-Membros estabeleçam mecanismos de análise que abranjam um âmbito mínimo comum de setores, tecnologias e infraestruturas sensíveis (como produtos de dupla utilização e equipamento militar, matérias-primas críticas, inteligência artificial, energia, transportes e infraestruturas digitais), incluindo os investimentos estrangeiros realizados através de filiais sediadas na UE, mantendo simultaneamente a responsabilidade nacional exclusiva pelas decisões de análise.

O regulamento também melhora a cooperação entre os Estados-Membros e a Comissão Europeia, aumenta a transparência e a coerência entre os sistemas nacionais de análise e simplifica os procedimentos para os investidores e as autoridades públicas. Além disso, introduz novos instrumentos para facilitar o intercâmbio de informações e evitar que as regras sejam contornadas.

Simplificação: Conselho e Parlamento chegam a acordo para ajudar as empresas em crescimento a prosperar e acelerar a digitalização

A Presidência do Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório sobre várias novas leis que fazem parte do chamado pacote legislativo «Omnibus IV». O acordo provisório diz respeito à legislação relativa às pequenas e médias empresas, bem como à digitalização e às especificações comuns.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre o acordo alcançado.

Carteiras empresariais europeias: Conselho adota posição de negociação

O Conselho [adotou](#) a sua posição sobre a proposta de criação das «carteiras empresariais europeias», uma ferramenta digital concebida para simplificar e garantir a segurança das interações comerciais em toda a UE, tanto entre empresas como com as administrações públicas.

Com base no quadro do eIDAS2, as «carteiras empresariais europeias» permitirão às empresas digitalizar muitas operações que, atualmente, exigem um tratamento presencial. Ao proporcionar uma solução europeia harmonizada, as «carteiras empresariais europeias» permitirão uma comunicação transfronteiriça segura e a troca de documentos para as empresas que operam em vários Estados-Membros.

Dívida bruta das administrações públicas da área do euro, em grande medida em euros

Na UE, a estrutura da dívida [bruta das administrações públicas](#) difere significativamente de país para país. Estas diferenças dizem respeito, por exemplo, ao [prazo](#) de vencimento inicial e remanescente da dívida, aos [instrumentos de dívida](#) utilizados e aos principais setores [institucionais](#) detentores da dívida. No entanto, quando se considera a denominação monetária da dívida bruta das administrações públicas, surge um quadro mais uniforme.

No final de 2025, para todos os membros da área [do euro](#) (EA20), a totalidade ou quase totalidade (mais de 99,5 %) da dívida bruta das administrações públicas ao valor nominal era denominada em euros.

Do mesmo modo, na Chéquia e na Suécia, mais de 90 % da dívida bruta das administrações públicas era denominada nas suas moedas nacionais.

Apenas em dois países da UE, mais de 50 % da sua dívida bruta das administrações públicas era denominada em moeda estrangeira no final de 2025: Bulgária (75 %, com 71 % da dívida expressa em euros) e Roménia (53 %). Registaram-se também percentagens significativas de dívida em moeda estrangeira na Hungria (32 %), na Polónia (26 %) e na Dinamarca (24 %).

A maior parte da dívida em moeda estrangeira de todos os países da UE não pertencentes à área do euro no final de 2025 era denominada em euros. Para todos os países da UE, mais de 90% da dívida bruta das administrações públicas era denominada em euros ou na sua moeda nacional para os países da UE não pertencentes à área do euro.

Na maioria dos países da UE para os quais estavam disponíveis dados, o custo aparente da dívida pública aumentou ligeiramente ou manteve-se estável entre 2024 e 2025.

O custo aparente mais elevado da dívida bruta das administrações públicas entre os países para os quais estavam disponíveis dados foi comunicado pela Roménia (5,2 %), seguida da Polónia (4,5 %), da Chéquia (3,1 %) e da Itália (3,0 %). O custo aparente da dívida mais baixo registou-se na Irlanda (1,4 %), seguida do Luxemburgo (1,5 %), dos Países Baixos (1,7 %), da Alemanha (1,8 %), bem como da França, da Finlândia e da Suécia (todos +1,9 %).

Em contrapartida, o custo aparente da dívida diminuiu em 2025 em sete países da UE. As diminuições mais elevadas registaram-se na Estónia (-0,8 p.p.), na Suécia (-0,3 p.p.) e na Croácia (-0,2 p.p.).

Estas informações provêm de dados sobre a dívida das administrações públicas na UE [publicados](#) pelo Eurostat.

A Comissão e o Grupo BEI reforçam o apoio financeiro à economia da UE e aceleram investimentos transformadores essenciais no âmbito do InvestEU

Numa medida significativa para reforçar o futuro económico da Europa, a Comissão Europeia e o Grupo do Banco Europeu de Investimento (BEI) assinaram um acordo que prevê a disponibilização de 22 mil milhões de euros em financiamento estratégico no âmbito do programa InvestEU. A alteração reflete também a adoção do regulamento «Omnibus II» em dezembro de 2025, que reforçou a iniciativa de investimento emblemática da União, a qual, até ao momento, já mobilizou 400 mil milhões de euros em capital público e privado em setores prioritários fundamentais.

Pode aceder [aqui](#) ao comunicado conjunto das duas instituições.



Emprego e Demografia

Comissão Europeia apela a que regras em matéria de igualdade salarial sejam efetivamente aplicadas em toda a UE

O prazo de transposição da [Diretiva relativa à transparência salarial](#) em toda a União Europeia terminou em 7 de junho de 2026. A equidade é um valor e uma força económica: os países com melhores resultados em matéria de igualdade de género são também os mais competitivos. Os Tratados da UE consagram claramente que a trabalho igual deve corresponder igual remuneração, independentemente de o mesmo ser realizado por uma mulher ou um homem. Quase [90 % dos europeus](#) concorda que é inaceitável que as mulheres recebam uma remuneração inferior à dos homens pelo mesmo trabalho.

Não obstante, as disparidades salariais entre homens e mulheres persistem em toda a União, com os [dados mais recentes do Eurostat](#) a mostrarem que, em média, a remuneração horária bruta na UE das mulheres é 11,1 % inferior à dos homens. Esta situação explica-se por um

conjunto complexo de fatores, como a subvalorização dos papéis tradicionalmente femininos e os estereótipos de género que influenciam a educação, a contratação, as promoções e os salários.

A Diretiva relativa à transparência salarial está em vigor desde 2023, contribuindo para efetivar o direito à igualdade de remuneração. A diretiva ajuda os empregadores a avaliar se as suas tabelas remuneratórias cumprem efetivamente o princípio da igualdade de remuneração e apoia os trabalhadores mediante a definição de um quadro claro para a aplicação do conceito de «trabalho de valor igual» com base em critérios que incluem as competências, o esforço, a responsabilidade e as condições de trabalho. Além disso, ajuda os empregadores a atrair e a reter talentos, estabelecendo práticas de remuneração mais transparentes e mais justas. A transparência salarial capacita os trabalhadores e ajuda a combater a discriminação, conferindo simultaneamente uma vantagem competitiva às empresas europeias.

Desde as fases iniciais de elaboração da proposta de diretiva, a Comissão Europeia tem trabalhado em estreita colaboração com os Estados-Membros e os principais interessados para promover a igualdade remuneratória. Após a adoção da proposta em 2023, a Comissão apoiou a aplicação da diretiva destinando mais de 3,8 milhões de euros no âmbito do [Programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores \(CIDV\)](#) para medidas de transparência salarial nos Estados-Membros, bem como mais 5 milhões de euros no âmbito do [convite à apresentação de propostas para promoção da igualdade de género de 2026](#) que encerrou recentemente. A Comissão Europeia continuará a apoiar as autoridades nacionais, as empresas e os trabalhadores, tendo em vista a concretização da igualdade remuneratória em toda a União.

 Energia

Comissão aprova regime italiano de auxílios estatais no valor de 23 mil milhões de euros para apoiar a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis

A Comissão Europeia aprovou um regime italiano de auxílios estatais no valor de 23 mil milhões de euros para apoiar a produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis, em consonância com os objetivos do [Pacto da Indústria Limpa](#). Esta medida contribuirá para a transição para uma economia de impacto zero e para a consecução da [meta em matéria de energias renováveis](#) estabelecida a nível da UE para 2030. O regime foi aprovado ao abrigo do [Enquadramento dos Auxílios Estatais do Pacto da Indústria Limpa](#) (CISAF), adotado pela Comissão em [25 de junho de 2025](#).

O auxílio assumirá a forma de pagamentos variáveis ao abrigo de contratos por diferenças bidirecionais («CfD») que preveem um bónus por cada kWh de eletricidade produzida e introduzida na rede, com base num chamado preço de exercício. Se os preços no mercado da eletricidade forem inferiores ao preço de exercício, o Estado pagará a diferença. Se forem maiores, as empresas pagarão a diferença. Os CfD estarão em vigor por um período de 20 anos.

A Comissão considerou que o regime italiano satisfaz as condições do CISAF (secções 3 e 4.1.2). A Comissão concluiu que o regime italiano é necessário, adequado e proporcionado para acelerar a transição para as energias limpas e facilitar o desenvolvimento de determinadas atividades económicas.

A vice-presidente executiva responsável por uma Transição Limpa, Justa e Competitiva, Teresa Ribera, declarou: «Com este regime de 23 mil milhões de euros, a Itália apoiará a produção de eletricidade renovável a partir de várias tecnologias, como a energia eólica terrestre, a energia solar ou a energia hidroelétrica, a fim de alcançar os objetivos do Pacto da Indústria Limpa. O regime ajudará igualmente a Itália a reduzir a sua dependência das importações de combustíveis fósseis e a aumentar a sua quota de energias renováveis.»

Está disponível em linha um [comunicado de imprensa](#).

 Espaço

UE e parceiros acordam em reforçar o papel da Europa na economia orbital

A Comissão Europeia está a avançar com planos para uma nova missão-piloto para executar tarefas em órbita. Juntamente com a Grécia, a Itália, os Países Baixos, a Suécia e a Noruega, a UE assinou uma declaração conjunta de apoio à missão-piloto [de operações e serviços no espaço \(ISOS\)](#), um passo no sentido de uma infraestrutura europeia de serviços em órbita. A assinatura aconteceu no International Airshow, em Berlim.

Andrius Kubilius, comissário da Defesa e Espaço, declarou: «A Europa mantém o seu papel de liderança na ação espacial, dando o primeiro passo para a criação de uma nova capacidade de operações e serviços no espaço, criando novas oportunidades de negócio para os talentos europeus na próspera economia orbital.»

A ISOS destina-se a revolucionar as ações da Europa no espaço, com capacidades para tarefas em órbita, como captura e reposicionamento de satélites, inspeção e reparação de satélites, logística no espaço, fabrico no espaço e remoção de detritos. Ajudará a Europa a operar, reparar, gerir e prolongar o ciclo de vida dos sistemas espaciais uma vez em órbita, reduzindo os custos de substituição e assegurando a proteção e a utilização a longo prazo dos recursos espaciais europeus.

A Alemanha, a França, o Luxemburgo, Portugal e a Espanha já tinham assinado a declaração no ano passado. A declaração está aberta a novas assinaturas. A Comissão Europeia e a Agência Espacial Europeia também assinaram a mesma declaração, selando a sua cooperação de longa data no espaço.

Estão disponíveis [aqui](#) mais informações em linha.



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

O Conselho aprova lei que reforça a proteção dos direitos das vítimas

O Conselho [deu luz verde](#) definitiva a uma lei da UE que reforça os direitos das vítimas à informação, ao apoio e à proteção. As vítimas poderão denunciar um crime mais facilmente e terão acesso a uma linha de apoio à escala da UE para obterem apoio e informação. Os dados pessoais das vítimas ficarão também mais bem protegidos. Esta nova diretiva atualiza a lei da UE de 2012 relativa aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas de crimes.

Arménia: Declaração da Alta Representante, em nome da UE, sobre o resultado das eleições legislativas

Pode consultar [aqui](#) a declaração da Alta Representante, em nome da UE, sobre o resultado das eleições legislativas na Arménia.

21.º pacote de sanções contra a Rússia

Pode consultar e rever [aqui](#) a declaração da Presidente von der Leyen sobre o 21.º pacote de sanções contra a Rússia.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social e Migrações

Pacto em matéria de Migração e Asilo entra em vigor em 12 de junho

O [Pacto em matéria de Migração e Asilo](#) começará a ser aplicado em todos os Estados-Membros da EU, hoje, 12 de junho de 2026. Adotado em maio de 2024, o Pacto reformulou o quadro da UE em matéria de migração e asilo e constitui agora o elemento central da nova abordagem da UE em matéria de migração. Pela primeira vez, a UE dispõe de um quadro abrangente em matéria de migração e asilo, com uma forte proteção das fronteiras externas, regras de asilo justas e firmes e um equilíbrio entre solidariedade e responsabilidade.

Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, declarou: «A migração é um desafio europeu que deve ser enfrentado com uma solução europeia. Uma que seja eficaz, justa e firme. É este o objetivo do Pacto em matéria de Migração e Asilo: fronteiras externas mais seguras, solidariedade entre os Estados-Membros e procedimentos mais eficientes em matéria de asilo e de regresso. Para combater em conjunto as causas profundas da migração, continuamos a reforçar as nossas relações com os parceiros mundiais.»

A UE abriu um novo capítulo sobre migração e asilo, do qual o Pacto em matéria de Migração e Asilo é um elemento central. Reúne-se com uma diplomacia migratória assertiva, uma proteção das fronteiras tecnologicamente avançada (com o [Sistema de Entrada/Saída](#) implantado e plenamente aplicado) e novas regras para tornar [os regressos](#) mais rápidos e eficazes, tal como descrito na [Estratégia Europeia de Gestão do Asilo e da Migração](#). A nova abordagem já está a apresentar resultados sólidos, com uma diminuição de 55 % nas passagens ilegais das fronteiras em comparação com há dois anos.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os elementos fundamentais incluídos no Pacto em matéria de Migração e Asilo.



Indústria

O Conselho aprova conclusões sobre a estratégia industrial marítima da UE

O Conselho aprovou conclusões sobre a estratégia industrial marítima da UE, sublinhando a importância estratégica dos setores da indústria marítima e do transporte marítimo europeus para a competitividade, a resiliência, a segurança económica, a capacidade de resposta em matéria de defesa, a prosperidade e os objetivos de descarbonização da União Europeia.

Nas conclusões, os Estados-Membros reconhecem o setor marítimo como uma pedra angular da base industrial da Europa e salientam o seu papel essencial na salvaguarda das cadeias de abastecimento, no apoio à transição para uma economia limpa e no reforço da liderança tecnológica da UE. Reconhecem igualmente as diversas características nacionais, regionais e locais das indústrias de construção naval e de transporte marítimo em toda a União, bem como as diferentes prioridades dos Estados-Membros.

A estratégia industrial marítima é um plano de ação estruturado que visa reforçar a liderança marítima da Europa, promovendo a construção naval de alta tecnologia e equipamentos portuários de ponta.

O Conselho constata que as indústrias europeias de construção naval e de transporte marítimo enfrentam desafios crescentes, incluindo o agravamento da concorrência global, tensões geopolíticas, dependências estratégicas da produção de países terceiros, a necessidade de acelerar a descarbonização e a escassez persistente de mão de obra e de competências. As conclusões adotadas hoje estabelecem as principais prioridades para dar resposta a estes desafios.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre as conclusões do Conselho agora aprovadas.

Sobrecapacidade siderúrgica: Conselho dá luz verde a novas regras para proteger a indústria siderúrgica da UE da sobrecapacidade mundial

O Conselho [adotou](#) um regulamento que estabelece um novo quadro para proteger o mercado do aço da UE dos efeitos comerciais negativos decorrentes da sobrecapacidade mundial, tal como delineado no Plano de Ação para o Aço e os Metais, de 2025. As novas regras substituirão a atual medida de salvaguarda da UE relativa ao aço, que caduca em 30 de junho de 2026, assegurando a continuidade da proteção do setor do aço da UE.

O regulamento introduz um sistema de contingentes pautais revisto que visa fazer face aos efeitos comerciais negativos decorrentes da sobrecapacidade estrutural mundial, incluindo uma redução dos contingentes de importação e direitos mais elevados sobre as importações que excedam esses contingentes. Proporciona igualmente uma maior flexibilidade aos operadores económicos através de regras que permitem a transferência de contingentes não utilizados de um trimestre para o outro apenas no mesmo ano, assegurando simultaneamente um abastecimento adequado para as indústrias a jusante e mantendo a compatibilidade com as obrigações comerciais internacionais da UE.

A fim de melhorar a transparência e ajudar a evitar a evasão, o regulamento introduz igualmente disposições relacionadas com o requisito de «fundição e vazamento», que identifica o país onde o aço foi inicialmente fundido e vazado no seu primeiro estado sólido.

Além disso, estabelece um mecanismo de revisão reforçado que permite à Comissão avaliar o âmbito e a eficácia da medida e propor ajustamentos, se necessário, em resposta à evolução do mercado e à evolução das condições de sobrecapacidade mundial.

Numa declaração comum que acompanha o regulamento, o Conselho, o Parlamento Europeu e Comissão reafirmam o seu compromisso no sentido de reduzir a dependência económica em relação à Rússia, salientando os esforços em curso para diversificar as importações de aço, mediante a eliminação gradual dos produtos siderúrgicos russos.

UE acorda em acelerar o aumento da base industrial de defesa e simplificar os contratos públicos no setor da defesa

A Comissão Europeia congratula-se com o acordo político provisório alcançado entre o Parlamento Europeu e o Conselho da UE para simplificar a contratação pública no domínio da segurança e da defesa, facilitar os investimentos no setor da defesa e apoiar a indústria da defesa.

A Comissão propôs o «omnibus» de defesa há um ano, como parte da agenda de simplificação da UE para impulsionar a competitividade da Europa. Estas medidas respondem diretamente aos apelos da indústria no sentido de políticas industriais de defesa mais rápidas, mais flexíveis e menos onerosas, reforçando a segurança e a resiliência industrial da Europa.

O acordo facilitará a transferência de produtos de defesa no interior da UE. As novas licenças à escala da UE e as isenções mais amplas à autorização prévia simplificarão a transferência transfronteiras de produtos de defesa e ajudarão a reduzir os atrasos.

O acordo provisório visa igualmente simplificar os procedimentos de contratação pública no setor da defesa para as autoridades adjudicantes e a indústria. Tal reduzirá os encargos administrativos e ajudará a acelerar os contratos públicos no setor da defesa.

O acordo introduz um licenciamento mais rápido para os projetos de defesa, introduz um prazo de 42 dias úteis para as decisões de licenciamento e torna a aprovação automática se as autoridades não responderem a tempo. Tal contribuirá para que os projetos críticos no domínio da defesa avancem mais rapidamente.

Henna Virkkunen, vice-presidente executiva responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, declarou: «A segurança da Europa depende da nossa capacidade de agir de forma decisiva, o que significa eliminar os obstáculos à inovação, acelerar a produção no domínio da defesa e garantir que as nossas indústrias conseguem produzir resultados quando são mais importantes. Este acordo constitui um passo fundamental no sentido de uma Europa mais soberana e resiliente.»

Andrius Kubilius, comissário europeu responsável pela Defesa e Espaço, declarou:

«O acordo alcançado sobre o Omnibus relativa à prontidão em matéria de defesa traz grandes mudanças: Máximo de 100 dias para aguardar as licenças da indústria de defesa, em vez de até quatro anos. Regras de contratação mais simples, encargos mais reduzidos. Pequenos passos nas regras, grandes passos na preparação para a defesa. Continuaremos a desfragmentar o mercado da defesa.»

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#).



Instituições & União Europeia

Pacto de Estabilidade e Crescimento: Conselho encerra procedimento relativo aos défices excessivos no que respeita a Malta

O Conselho [decidiu](#) encerrar o procedimento relativo aos défices excessivos (PDE) no que respeita a Malta.

O PDE é um mecanismo concebido para assegurar que os Estados-Membros da UE recuperem ou mantenham a disciplina nos seus orçamentos do Estado. São lançados PDE nos casos em que os Estados-Membros registem um défice orçamental superior ao valor de referência de 3 % previsto no Tratado.

A decisão do Conselho de encerrar, ou revogar, o PDE no que respeita a Malta — iniciado em 2024 — justifica-se, dado que o défice das administrações públicas do país foi reduzido com êxito e de forma duradoura para um nível inferior a 3 % do PIB.

Atualmente, há nove outros Estados-Membros que estão sujeitos a um PDE: a Áustria, a Bélgica, a Eslováquia, a Finlândia, a França, a Hungria, a Itália, a Polónia, e a Roménia.



Investigação e inovação científica, ciência

A União Europeia e a Austrália concluem com êxito as negociações do Horizonte Europa

A Comissão Europeia e a Austrália concluíram com êxito as negociações sobre a associação da Austrália ao [Horizonte Europa](#), o programa emblemático da UE de financiamento da investigação e inovação no valor de 93,5 mil milhões de euros. A Austrália associar-se-á ao Pilar II do Horizonte Europa, que aborda os desafios societais nos domínios digital, industrial e espacial; clima, energia e mobilidade; e nos domínios da alimentação, da bioeconomia e da agricultura.

Ekaterina Zaharieva, Comissária Europeia responsável pelas Startups, Investigação e Inovação, declarou: «Os desafios do futuro só podem ser enfrentados em conjunto. É por esta razão que o futuro da ciência e da tecnologia depende de parcerias internacionais sólidas, como a que existe entre a UE e a Austrália. Juntos, já fizemos descobertas como o Square Kilometre Array, um dos radiotelescópios mais avançados do mundo. Ao combinar os nossos pontos fortes na indústria, no espaço, na ação climática e na bioeconomia, impulsionaremos a próxima geração de inovações transformadoras.»

Este marco formaliza uma parceria científica já próspera. Até à data, no âmbito do Horizonte Europa, as organizações australianas participaram em 239 projetos. Destacando o calibre de classe mundial e a qualidade excecional do seu ecossistema de investigação, quase uma em cada quatro candidaturas individuais da Austrália é selecionada para participar no programa - o que resulta numa impressionante taxa de sucesso de 24,39%.

A partir de janeiro de 2027, ao abrigo de um regime transitório, as entidades australianas passarão das regras de países terceiros - onde normalmente tinham de se autofinanciar ou recorrer a exceções restritas para financiamento - para serem tratadas como «entidades elegíveis» de um país associado. Tal conceder-lhes-á acesso direto e rotineiro ao financiamento da UE ao abrigo do segundo pilar em condições de igualdade com os Estados-Membros da UE, permitindo-lhes, por exemplo, liderar consórcios de projetos.



Juventude

UE tem de trabalhar mais para garantir emprego aos jovens

Os esforços da União Europeia (UE) para ajudar os jovens a entrar no mercado de trabalho continuam pouco focados nos resultados. Esta é a conclusão de um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu (TCE). O emprego é sobretudo responsabilidade dos países e o orçamento da UE serve apenas para apoiar ou complementar. O desemprego jovem diminuiu muito na última década, mas as medidas financiadas pela União continuam sem garantir que os jovens mantêm o emprego por mais tempo.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação e aceder ao [Relatório Especial 15/2026: Apoio da política de coesão ao emprego dos jovens – UE deitou mãos à obra, mas garantir-lhes uma ocupação duradoura ainda exige trabalho](#).

Cerca de 41 000 jovens de 18 anos partem à descoberta da Europa com os passes DiscoverEU

A Comissão Europeia divulgou os resultados [DiscoverEU](#) de março de 2026, uma iniciativa do programa [Erasmus+](#). Foram atribuídos 40 912 passes de viagem a jovens de toda a Europa que lhes permitirão explorar a diversidade do continente, conhecer o seu património cultural e a sua história e contactar com pessoas dos quatro cantos da Europa. Os candidatos selecionados poderão viajar principalmente de comboio, sozinhos ou num grupo de até cinco jovens, entre julho de 2026 e setembro de 2027.

Glenn Micallef, Comissário Europeu da Equidade Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto, declarou a este respeito: «Um passe DiscoverEU é muito mais do que um bilhete. É um convite ao conhecimento pessoal da riqueza cultural e da beleza da Europa. Gostaria de dizer aos milhares de jovens selecionados que a Europa está à vossa espera. Façam as malas com a vossa curiosidade e vontade de viver novas experiências e tornem esta viagem numa história para mais tarde recordar.»

Este ciclo de candidaturas destinou-se a jovens nascidos entre 1 de julho de 2007 e 30 de junho de 2008, provenientes dos Estados-Membros da UE e dos [países associados ao programa Erasmus+](#), tendo atraído 220 501 candidatos. A iniciativa DiscoverEU integra igualmente uma

vertente de formação, com ações de informação e [encontros de jovens](#) por toda a Europa antes da partida. Os participantes podem juntar-se ao [Grupo Oficial do Facebook #DiscoverEU](#) para ficarem ligados à comunidade DiscoverEU. Para mais informações, ver a [ficha informativa](#) sobre esta iniciativa.

Desde o lançamento da DiscoverEU em 2018, mais de 2 milhões de jovens candidataram-se a passes de viagem nas catorze rondas de candidaturas já efetuadas.



Os Estados-Membros aprovam as conclusões sobre a estratégia portuária da UE

Os Estados-Membros aprovaram as conclusões do Conselho sobre a estratégia portuária europeia, reafirmando o papel vital que os portos desempenham no reforço da autonomia estratégica da UE, na salvaguarda das cadeias de abastecimento críticas, na aceleração da transição energética e na manutenção da liderança global da Europa no transporte marítimo.

A estratégia visa dar resposta aos principais desafios que se colocam aos portos europeus — tanto marítimos como interiores — nas áreas da competitividade, sustentabilidade, resiliência, segurança, digitalização e desenvolvimento social. Baseia-se nos alicerces da política portuária da UE de 2013, respondendo simultaneamente a um panorama geopolítico, económico e ambiental em rápida evolução.

Nas suas conclusões, os Estados-Membros sublinham a importância de assegurar a implementação eficiente e proporcionada da estratégia. Convidam a Comissão Europeia a avaliar a eficácia das estruturas de coordenação e governação existentes a nível da UE e, sempre que necessário, a estabelecer novos mecanismos para apoiar a implementação.

O Conselho reconhece que os portos estão a evoluir cada vez mais para centros industriais multifuncionais. Enquanto portas de entrada para o comércio, a energia e a mobilidade, devem simultaneamente expandir a capacidade, descarbonizar as operações, acelerar a digitalização e reforçar a segurança. Ao mesmo tempo, os Estados-Membros salientam a necessidade de uma abordagem equilibrada que respeite as especificidades nacionais, regionais e locais, prosseguindo simultaneamente objetivos europeus comuns.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre as conclusões do Conselho agora aprovadas.



A Comissão atualiza a lista da UE relativa à segurança aérea: Air Express Argélia adicionou, transportadoras aéreas do Quirguistão retiradas

A Comissão publicou a sua [48.ª atualização da lista da UE relativa à segurança aérea](#). Lançada pela primeira vez em 2006, a Lista de Segurança Aérea da UE informa os passageiros das companhias aéreas que estão sujeitas a uma proibição de operação ou a restrições operacionais na União Europeia por não cumprirem as normas de segurança internacionais.

Todas as transportadoras aéreas certificadas no Quirguistão foram agora retiradas da lista, em reconhecimento dos progressos realizados pelo país no reforço da sua supervisão da segurança da aviação nos últimos 20 anos.

Ao mesmo tempo, a Air Express Argélia foi incluída na lista e já não pode operar na UE. Esta decisão baseia-se em graves preocupações de segurança identificadas durante as avaliações realizadas por peritos da UE em matéria de segurança da aviação, que revelaram deficiências no cumprimento das normas de segurança internacionais por parte das companhias aéreas.

A atualização da lista da UE relativa à segurança aérea coincide com a publicação de um novo inquérito Eurobarómetro que revela uma forte confiança dos passageiros na lista.

O inquérito revela que sete em cada dez europeus consideram a lista da UE relativa à segurança aérea um instrumento eficaz para proteger os passageiros de companhias aéreas não seguras. Uma grande maioria (75 %) confia na UE para atualizar a lista com base em critérios de segurança, sem influência política ou económica.

O inquérito revela igualmente que as informações relacionadas com a segurança aérea chegam à maioria dos viajantes da UE (66 %), embora a consulta direta da lista continue a ser limitada, verificando-se apenas 12 % antes do voo. No entanto, metade dos europeus (50 %) declara ter conhecimento da lista.

A Lista de Segurança Aérea da UE tem um impacto claro no comportamento — quando uma companhia aérea é incluída na lista, apenas 8 % dos europeus afirmam que procederiam à reserva de um voo com ela. Estes resultados são coerentes em toda a UE.

Estão disponíveis mais informações no [comunicado de imprensa](#) e [perguntas e respostas](#) em linha.

Rede de transportes dos Balcãs Ocidentais a passo de caracol para entrar na UE

Os países dos Balcãs Ocidentais não devem conseguir cumprir a meta de 2030 para terminarem a parte principal da rede europeia de transportes na região por causa dos atrasos na execução e dos problemas operacionais. Esta é a conclusão de um novo relatório de auditoria

do Tribunal de Contas Europeu (TCE). Os progressos são lentos porque os projetos escolhidos estavam demasiado "verdes" e há falhas no controlo.

Os projetos que o TCE examinou até correspondem às prioridades de ligação. Só que não há controlo nem informações suficientes e não se faz publicidade que chegue à ajuda da União Europeia (UE). Além disso, continuam a existir atrasos e problemas de sustentabilidade.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação e aceder ao [Relatório Especial 16/2026: Quadro de Investimento para os Balcãs Ocidentais – Apoio da UE responde às necessidades de conectividade, mas integração na rede principal de transportes é lenta](#).



Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034

Os eurodeputados responsáveis pela negociação do orçamento a longo prazo da UE reagem à proposta de negociação da Presidência cipriota

Pode consultar [aqui](#) a declaração dos corelatores Siegfried Mureşan e Carla Tavares sobre o orçamento a longo prazo da UE, em resposta ao quadro de negociação [apresentado](#) na passada quinta-feira pela Presidência cipriota.



Saúde

Comissão publica primeira avaliação clínica conjunta sobre medicamentos inovadores

A Comissão Europeia publicou [o primeiro relatório de avaliação clínica conjunta \(ACC\)](#) no âmbito do [Regulamento Avaliação das Tecnologias de Saúde \(ATS\)](#), assinalando um marco importante no reforço da cooperação em matéria de avaliação de medicamentos inovadores em toda a UE.

As avaliações clínicas conjuntas permitem aos Estados-Membros da UE trabalhar em conjunto para avaliar os benefícios clínicos dos novos medicamentos e de determinados dispositivos médicos, reduzindo a duplicação de esforços, poupando tempo e recursos e proporcionando às empresas um processo mais claro e previsível. Ao apoiar decisões de cuidados de saúde mais coerentes e baseadas em dados concretos em toda a UE, os doentes obtêm um acesso mais rápido a tratamentos inovadores.

O relatório agora publicado foi aprovado por todos os Estados-Membros, demonstrando a eficácia do novo quadro de ATS da UE. Avalia a eficácia relativa e a segurança relativa do Ojemda (tovorafenib), um medicamento órfão para o tratamento do glioma pediátrico de baixo grau – o tipo mais comum de tumor cerebral em crianças. Em 20 de abril de 2026, a Comissão concedeu uma autorização condicional de introdução no mercado de um ano para o Ojemda, um medicamento do Ipsen Pharma, com base na [avaliação científica](#) da Agência Europeia de Medicamentos.

Olivér Várhelyi, Comissário responsável pela Saúde e Bem-Estar dos Animais, declarou: «*Este primeiro relatório de avaliação clínica conjunta marca um ponto de viragem para os doentes, os sistemas de saúde e a inovação na Europa. Com o quadro de avaliação das tecnologias da saúde da UE, estamos a garantir que todos os Estados-Membros dispõem de avaliações científicas de elevada qualidade. Tal ajudará as autoridades nacionais a tomar decisões atempadas e informadas sobre os novos tratamentos a disponibilizar aos doentes. Os dados sólidos, de elevada qualidade e uniformes contidos nas avaliações clínicas conjuntas ajudarão igualmente os Estados-Membros a acelerar a sua tomada de decisões em matéria de fixação de preços e reembolsos. Cabe agora aos Estados-Membros utilizar eficazmente estas avaliações, sem acrescentar requisitos adicionais, para que a inovação possa chegar mais rapidamente aos doentes.*»

Desde o início da aplicação do Regulamento ATS, em janeiro de 2025, foram iniciadas 18 ACC para novos medicamentos contra o cancro e medicamentos de terapia avançada. Outros relatórios de avaliação clínica conjunta serão concluídos nos próximos meses e [publicados pela Comissão](#).

UE aumenta apoio para conter surto de ébola

A comissária responsável pela gestão de crises, Hadja Lahbib, anunciou um apoio adicional da UE no valor de 16,5 milhões de euros para pôr termo ao surto de ébola, após ter visitado os intervenientes de primeira linha na República Democrática do Congo (RDC) e colaborado com a União Africana e os Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC) na Etiópia.

Tal inclui 6,5 milhões de euros para reforçar a Iniciativa sobre a Genómica dos Agentes Patogénicos em África, ajudar a equipar equipas de primeira linha a formar profissionais de saúde e melhorar a vigilância através de diagnósticos; 5 milhões de euros à Organização Mundial da Saúde para reforçar a vigilância e o acesso aos abastecimentos (por exemplo, EPI); e uma contribuição em espécie no valor de 5 milhões de EUR de equipamento de teste, incluindo dispositivos de diagnóstico rápido e kits de teste de laboratório, a implantar rapidamente onde são mais necessários. Este apoio adicional está sujeito à aprovação da autoridade orçamental.

Em Bunia, na RDC, o Comissário Lahbib reuniu-se com profissionais de saúde de primeira linha e parceiros humanitários que trabalham no tratamento do ébola, na prevenção e controlo de infeções, na participação da comunidade e na logística. Em Adis Abeba, na Etiópia, realizou reuniões com a União Africana e a África CDC para reforçar a coordenação e acelerar a ação além-fronteiras.

A Comissária Hadja Lahbib declarou: «A segurança sanitária é uma responsabilidade partilhada: Os vírus não param nas fronteiras; Não se preocupam com a política. A Europa continuará a apoiar a África CDC, a OMS e as comunidades na linha da frente deste surto. Trata-se de mais do que conter um vírus. Trata-se de provar que, quando vidas estão em jogo, o mundo ainda pode unir-se e agir.» Em maio, a Comissão Europeia já tinha atribuído 15 milhões de euros em ajuda humanitária de emergência para a [resposta ao ébola](#) na RDC e no Uganda. Em 2026, foram afetados mais de 115 milhões de EUR no total à ajuda humanitária de emergência na região dos Grandes Lagos e no Uganda. Uma ponte aérea humanitária da UE, juntamente com a UNICEF, entregou quase 100 toneladas de material ao leste da RDC — incluindo medicamentos, equipamento de proteção, materiais de controlo de infeções e tendas — e a UE está a organizar mais cinco voos para a RDC.

Tecnologia e Informática

Comissão impõe medidas provisórias à Meta para preservar o livre acesso de assistentes de IA rivais ao WhatsApp

A Comissão Europeia ordenou à Meta que restabelecesse o livre acesso dos assistentes de IA de finalidade geral rivais ao WhatsApp e que o mantivesse até ao final da investigação da Comissão por práticas anticoncorrenciais. Tal evitará um prejuízo grave e irreparável para a concorrência neste mercado em crescimento devido ao comportamento da Meta, que, à primeira vista, viola as regras de concorrência da UE.

Em [dezembro de 2025](#), a Comissão deu início a uma investigação por práticas anticoncorrenciais relativa à nova política da Meta de bloquear o acesso ao WhatsApp a fornecedores de IA que não a Meta AI. Em [fevereiro de 2026](#), a Comissão emitiu uma comunicação de objeções na qual concluiu, a título preliminar, que podem ser necessárias medidas provisórias para evitar que a alteração da política da Meta cause um prejuízo grave e irreparável no mercado. Em [abril de 2026](#), a Comissão emitiu uma comunicação de objeções suplementar, em que manifestava a sua intenção de ordenar à Meta que restabelecesse o acesso de assistentes de IA de terceiros ao WhatsApp.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre as medidas provisórias impostas pela Comissão Europeia.

Comissão publica Código de Conduta sobre a marcação e rotulagem de conteúdos gerados por IA

A Comissão Europeia [publicou](#) o Código de Conduta final sobre marcação e rotulagem de conteúdos gerados por IA. O Código é voluntário e estabelece medidas práticas para ajudar os fornecedores e responsáveis pela implantação de sistemas de inteligência artificial (IA) generativa a cumprir as obrigações de transparência do [Regulamento Inteligência Artificial](#), que serão aplicáveis a partir de 2 de agosto de 2026.

A partir dessa data, o Regulamento Inteligência Artificial exigirá uma rotulagem clara em casos fundamentais. Dos deepfakes e os textos gerados ou manipulados por IA publicados sobre questões de interesse público devem ser claramente rotulados. Os utilizadores devem também ser informados quando interagem com um sistema de IA interativo, como um robô de conversação. Estes requisitos de transparência ajudam as pessoas a reconhecer quando os conteúdos foram gerados ou alterados pela IA, reduzindo o risco de engano e manipulação.

O Código foi elaborado por seis peritos independentes, com contributos de mais de 180 partes interessadas. Os participantes incluíram fornecedores e responsáveis pela implantação de sistemas e modelos de IA interativos e generativos, associações que representam responsáveis pela implantação, pequenas e médias empresas, universidades, o setor público e organizações da sociedade civil.

UE e Brasil aprofundam laços através da Parceria Digital

A União Europeia e o Brasil assinaram uma Parceria Digital em Brasília, elevando a sua cooperação digital a um novo nível estratégico. Com base em mais de duas décadas de estreita colaboração, a parceria reforçará a cooperação entre a UE e o Brasil em matéria de prioridades digitais partilhadas, incluindo a governação de dados, a inteligência artificial, as infraestruturas e a conectividade digitais, as plataformas em linha e os bens e serviços públicos digitais.

[As parcerias digitais são](#) um instrumento fundamental da política digital externa da UE, permitindo uma cooperação estruturada com países que partilham as mesmas ideias sobre prioridades comuns.

O acordo foi assinado por Henna Virkkunen, vice-presidente executiva da Comissão Europeia responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, e Alex Giacomelli da Silva, secretário do Brasil responsável pela Promoção do Comércio, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura.

Na sequência da assinatura da Parceria Digital, os serviços da Comissão e a Agência Nacional de Proteção de Dados do Brasil assinaram um [acordo administrativo](#) para reforçar a cooperação em matéria de proteção dos menores em linha.

Através desta parceria, a UE e o Brasil intensificarão os esforços conjuntos para promover cadeias de abastecimento mundiais eficientes e resilientes e contribuir para um sistema inclusivo e baseado em regras de governação digital mundial. Procurarão assegurar que os benefícios do progresso tecnológico sejam partilhados de forma mais equitativa a nível mundial.

Mais informações podem ser encontradas no [comunicado de imprensa](#).

Mais no Parlamento Europeu:

Calendário para [2026](#) e [2027](#).

Mais no Comité das Regiões Europeu:

Calendário para [2026](#).

Mais no Conselho:

Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Cipriota](#)



OPORTUNIDADES DE
EMPREGO, TRABALHO OU
FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, consequentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement](#), [Colocation](#), [Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas

pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda:** **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:

 Açores

 Agricultura, Alimentação e Ruralidade

 Ambiente

 Coesão e solidariedade interna da UE

 BEI

 Biológico

 Economia, Comércio, concorrência

 Conselho Europeu / Conselho

 Comissão Europeia

 CoR

 Conselho da Europa

 Coronavírus

 Cultura e Comunicação

 Defesa e Segurança

 Desporto

 Diplomacia e solidariedade externa da UE

 Estado de Direito, Democracia e Cidadania

 Economia, Empresas

 Educação

 Emprego e Demografia

 Energia

 Espaço

 FAO

 Prémios

 Habitação

 Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social, Migrações, Cidadania

 Ilhas

 Indústria

 Investigação e inovação científica, ciência

 Juventude

 Life

 Mar e pescas

 Mobilidade

 OCDE

 Parlamento Europeu

 Proteção civil

 Regiões Ultraperiféricas

 Saúde

 TCE

 Tecnologia e Informática

 Turismo

 União Europeia, outros

Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!